



Anais da Assembléia

Nº 89

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 10 DE AGOSTO DE 1978

ANO IV

4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA

ATA DA 81ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 10 DE AGOSTO DE 1978

(QUINTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Ivo Thomazoni, secretariada pelos Senhores Deputados Antônio Facci e Luiz Roberto Soares.

Às 10,00 horas é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Ivo Thomazoni, Jurandir Messias, Ernesto Gnoato, Quielse Crisóstomo, José Domingos Scarpelini, Ivan Rüppel, Rosário Pitelli, Accioly Neto, Adalberto Daros, Agui-naldo Pereira Lima, Alfredo Gulin, Antônio Facci, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fabiano Braga Côrtes, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sam-paio, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Jayme Rodrigues Carvalho, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Roberto Soares, Manoel Gaona, Maurício Fruet, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Nilso Squarezi, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Paulo Camargo, Renato Bernardi, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer, Wilson Fortes e Aragão de Mattos Leão (54).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer a inclusão na Ordem do Dia da próxima sessão, dos Projetos de Lei nºs 120 e 121/78, oriundos de Mensagem Governamental nºs 74 e 75, respectivamente.

Sala das Sessões, em 10 de agosto de 1978.

(a) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado Estadual infra assinado, requer, ouvido o Plenário, sejam incluídos na Ordem do Dia os vetos governamentais constantes das Proposições nºs 134, 144 e 132/78, que acompanhamo presente, face à premência de tempo para a sua apreciação.

Sala das Sessões, em 10 de agosto de 1978.

(a) MUGGIATI FILHO

Projeto de Resolução:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 106/78

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1º — Será sede temporária da Assembléia Legislativa, no dia 1º de setembro de 1978, o Auditório do Colégio Estadual do Paraná, lá se realizando a sessão pública, em que o Colégio Eleitoral previsto nos Decretos Leis nºs 1.540 e 1543, ambos de 14 de abril de 1977, elegerá Governador, Vice-

Governador, um Senador e respectivos suplentes.

Art. 2º — Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10 de agosto de 1978.

(a) IVO THOMAZONI

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Está finda a leitura do expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Renato Bernardi.

O SR. RENATO BERNARDI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O mês de agosto vai correndo, e com ele começa a se apertar a luta pela renovação das cadeiras na Assembléia Legislativa na Câmara Federal e 1/3 do Senado.

E aí, começam-se a assistir os absurdos e as arbitrariedades.

Ainda ontem, nós assistimos a equipe do Sr. Saul Raiz, Prefeito de Curitiba, dar uma evidente prova de discriminação política, à revelia da Lei Eleitoral que é muito clara, no tocante à publicidade eleitoral. Enquanto na Rua Emiliano Pernetá, em uma parte dela, alguém colocou em postes de publicidade, cartazes do candidato a Deputado Federal, Heitor de Alencar Furtado, naquela mesma rua, elementos ligados à candidatura de Túlio Vargas, encheram aqueles postes com a publicidade do seu candidato ao Senado. Numa discriminação muito própria de quem está no Poder e dele não deseja sair, a equipe da Prefeitura Municipal, teve todo o desvelo e todo o cuidado de, à revelia da Lei Eleitoral, arrancar todos os cartazes do Sr. Heitor de Alencar Furtado. Mas à cerca de 50 metros, poupando e deixando toda a publicidade do candidato situacionista.

Mas, a coisa não pára aí, Sr. Presidente e Srs. Deputados. Em Maringá também, o rolo compressor dos homens que estão no Poder, começam a funcionar. Durante o ano de 77 inteiro, foi a pressão do Prefeito da ARENA contra filiados do MDB, que por acaso pertencem aos quadros de funcionários do Município.

Era a força, a coação, para que se descompatibilizassem de sua filiação partidária em termos de MDB. Aliciando inclusive, suplentes de Vereadores do nosso Partido. A arbitrariedade e a violência do atual detentor do Poder Municipal em Maringá, à semelhança aliás, dos seus condôminos de poder arbitrário e poder autocrático, conquistado neste País pela força e pela violência há 14 anos, também está se fazendo sentir em Maringá.

Agora mesmo, a Companhia de Desenvolvimento de Maringá, responsável pelo setor de água e esgoto da cidade, está passando por uma depuração política muito a estilo daquela depuração que a União Soviética assistiu na década de 30, quando o Ditador daquele País era o Sr. Joseph Stalin. E a mesma depuração, a administração pública faz hoje agora, nas Companhias de Economia Mista, porque no Funcionalismo Público Estadual, ela já foi feita no ano passado.

Demitido sumariamente, sem qualquer justificativa, nesses dias, um dos mais antigos funcionários do setor de controle e contabilidade da CODELAR, o Sr. Humberto Crispim de Araújo, Líder Universitário, Técnico em contabilidade, com vários anos de casa, pelo simples motivo de pertencer ao MDB, pelo simples motivo de ter dado anuência a que seu nome estivesse incluído entre os cinco nomes da Comissão Provisória para a formação do setor jovem do MDB de Maringá. Não é assim, Sr. Presidente, não é assim, Srs. Deputados, que esta autocracia, tanto a nível municipal como a nível estadual ou a nível nacional, conseguirá obter a sua meta fundamental nos 14 anos que se implantou no País, que é apenas o continuismo para a proteção de uma elite, de uma aristocracia, de uma oligarquia

que ilegítimamente empolgou o Poder neste País.

E não deseja e não quer a manifestação popular, haja visto o exemplo do "Pacote de Abril", haja visto tantos e tantos exemplos de casuísmo; e agora partem, estes autocratas violentamente, para a repressão pessoal, como se isso resolvesse.

Mas a tudo isto, Sr. Presidente, o povo saberá dar a devida resposta no dia 15 de novembro. E não adianta a nomeação de Senadores Biônicos, não adianta a nomeação de Governadores Biônicos. Não adianta transformar esta República Federativa num domínio unitário, onde o poder absoluto do Governo Central nomeia Delegados e Interventores a nível estadual. Não adianta nada disto, porque, por mais forte que seja esta autocracia, por mais forte que ela seja, jamais conseguirá deter a marcha da História que há de fazer prevalecer, finalmente, a vontade da Nação Brasileira contra este estado ilegítimamente formado.

— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao Sr. Deputado Augusto Carneiro.

O SR. AUGUSTO CARNEIRO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ocupo a tribuna, para levar ao conhecimento desta Casa e para apresentar, ao mesmo tempo um requerimento, para apreciação dos Srs. Deputados. Visitando a região que represento, que é autenticamente agrícola, deparamos com um fato que julgamos de suma importância. E já pretendíamos apresentar aqui um requerimento com referência ao fato, o que foi corroborado com o telex que recebemos ontem da Cooperativa de Campo Mourão, uma das maiores cooperativas de nosso País, e que atende a região mais fértil também de nosso Estado, que é entre os rios Ivaí e Piquiri.

E falei eu que a Cooperativa de Campo Mourão é a mais importante porque, de acordo com dados reais, é a segunda cooperativa da Nação, tendo em primeiro lugar a Cooperativa de COTRIJUL, do Rio Grande do Sul.

Mas o fato, Srs. Deputados, é o seguinte: O Banco Central expediu uma circular a todas as entidades de crédito rural do nosso País, limitando o financiamento de custeio agrícola. Limitando e tomando por base a produção estimada, pelo Banco do Brasil, e de acordo com os preços mínimos, este financiamento é variável de 60 a 48%. Quanto maior o financiamento, quanto maior o valor a ser financiado, mais baixo o percentual do financiamento.

E nesta hora em que o nosso agricultor, o agricultor do Paraná, o agricultor do Brasil e, principalmente o agricultor do Paraná, em que se acha numa fase muito difícil, porque o Paraná vem de várias safras frustradas, como pudemos observar a safra do trigo de 77, a safra de soja 77/78, a atual safra de trigo, já cabalmente aprovada a perda de 70%, e considerando estes fatos de que o nosso agricultor se acha, no momento, em fase muito difícil e sem recursos próprios para investir na lavoura, eu, particularmente, até acho válida a Circular expedida pelo Banco Central, mas não acho válida a sua aplicação nesta hora. Porque entendo que é dever de todo agricultor investir um pouco do seu para que não fique totalmente empenhado em dívidas. E quando há um fracasso, há um desastre, uma catástrofe para o agricultor paranaense.

E desde que ele possa investir um pouco de seus recursos próprios na sua produção, conseqüentemente, os prejuízos, quando há, serão divididos, repartidos.

Mas, nesta hora, como já disse, em que o agricultor, do Estado do Paraná principalmente, se acha com seus débitos prorrogados por não ter recursos próprios, sabemos que as terras de nosso Estado baixaram seu custo, seu valor, não existe comercialização de terras por falta de recursos. Sabemos também que a venda de implementos e maquinários agrícolas estão parados, exatamente porque não se tem recursos.

Por isso, os financiamentos devem ser totais.

E considerando dessa forma, tomamos a liberdade de vazar um requerimento endereçado a S. Ex.^{as} os Ministros Mário Henrique Simonsen, da Fazenda e Alysson Paulinelli, da Agricultura, nos seguintes termos: (Lê)

"Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, ouvida a Casa, seja oficiado aos Excelentíssimos Senhores Ministros: Mário Henrique Simonsen — da Fazenda e Alysson Paulinelli — da Agricultura, solicitando seja estudada a possibilidade de se prorrogar o prazo de vigência da Circular n.º 366, do Banco Central do Brasil, endereçada às Instituições Financeiras do Sistema Nacional de Crédito Rural, pelas razões que abaixo justificamos.

Sala das Sessões, em 10 de agosto de 1978.

(a) Augusto Carneiro

JUSTIFICATIVA:

Considerando que o agricultor do Paraná vem de sucessivas frustrações, como evidencia a safra de trigo de 1977, e safra de soja 77/78 e perda de 70% da safra de trigo presente, todas estas devidamente confirmadas pelo acionamento do Proagro.

Considerando, que o agricultor do Paraná teve as suas terras desvalorizadas, paralisando totalmente o mercado de compra e venda de terras, por falta de dinheiro; não se compra mais máquinas e implementos agrícolas também por falta de recursos financeiros, está assim evidenciado cabalmente que o agricultor não possui no momento recursos próprios.

Considerando, que só através de um custeio razoável, nesta fase em que esperamos seja transitória, nosso agricultor possa continuar produzindo para a grandeza da Nação.

Considerando, finalmente, que assim como foi prorrogado o prazo para vigência da circular 366 para a presente safra de trigo, que infelizmente já podemos constatar mais uma safra frustrada com a perda de 70% já confirmada.

Apelamos a Vossas Excelências que reestudem a vigência da circular citada com a maior brevidade possível, pois as propostas de financiamentos já estão em vigor e o agricultor do Paraná deve ter recursos normais para continuar na luta contra as intempéries, procurando com a ajuda e compreensão do Governo, apresentar uma produção compatível com a qualidade de nossas terras e com o espírito de trabalho de nossa gente."

E só concedida essa prorrogação de prazo, ou quem sabe, o cancelamento desta circular, acreditamos que o Paraná possa ainda muito contribuir para a produção agrícola do nosso País, aproveitando a potencialidade de nossas terras e o espírito de luta da gente paranaense.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira, inscrito.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Realizou-se, no dia 29 do mês próximo passado, na cidade de Coronel Vivida, um Encontro dos Vereadores do Sudoeste do Paraná.

Esse Encontro não foi feliz apenas no aspecto social, ou na troca de informações, mas sobretudo foi o momento e o local adequado para que os Vereadores que são a base política da Nação brasileira, pudessem, num documento síntese, expressar todos os mais graves problemas que existem na região Sudoeste do Paraná.

Tive a oportunidade de receber, por gentileza do Presidente da Câmara dos Vereadores de Coronel Vivida, cidade sede desse Encontro, o Vereador Pedro Mezzomo, a Carta de Coronel Vivida que se constitui no documento síntese do referido Encontro.

Em função disso, tomo a liberdade de apresentar aos eminentes Deputados o seguinte requerimento. (Lê):

"REQUERIMENTO

JMULA: Requer a Transcrição nos Anais desta Casa, as conclusões aprovadas por unanimidade no 1.º Encontro de Vereadores do Sudoeste, realizado no dia 29 de julho de este ano, na cidade de Coronel Vivida.

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, requer a transcrição nos Anais desta Casa das proposições apresentadas e aprovadas por unanimidade no 1.º Encontro dos Vereadores do Sudoeste, concluído este, realizado no dia 29 do mês próximo passado, na cidade de Coronel Vivida.

Nesse encontro estiveram representadas quase todas as Câmaras Municipais do Sudoeste e a síntese das conclusões dão a exata dimensão da oportunidade e seriedade do encontro, pois elas abrangem os dados mais importantes e graves da situação econômica e social da Região.

Requer-se, outrossim, que do presente se dê conhecimento a todas as Câmaras Municipais da Microrregião de Francisco Beltrão, bem como às seguintes autoridades federais:

- 1 — Ministro da Fazenda;
- 2 — Ministro da Agricultura;
- 3 — Conselho Monetário Nacional;
- 4 — Ministro Chefe da Casa Civil;
- 5 — Ministro da Educação e Cultura.

Bem como às seguintes autoridades estaduais:

- 1 — Sr. Governador do Estado
- 2 — Sr. Secretário das Finanças;
- 3 — Sr. Secretário da Educação e Cultura;
- 4 — Sr. Secretário da Indústria e Comércio; e,
- 5 — Sr. Secretário da Agricultura."

Eu vou tomar a liberdade de ler as conclusões aprovadas neste conclave, para que os Srs. Deputados tenham a exata dimensão dos problemas que foram retratados com exatidão neste Encontro dos Vereadores do Sudoeste. (Lê):

"Ofício n.º 04/78

Coronel Vivida, 04 de agosto de 1978.

Ex.º Sr. Deputado:

Os Vereadores do Sudoeste do Paraná reunidos na cidade de Coronel Vivida, analisando a realidade regional e focalizando a questão relacionada com a principal atividade econômica da Região e seus reflexos sociais, deliberam por unanimidade, dirigir às autoridades do setor, apelo que transcrevemos abaixo:

1 — Seja imediatamente liberada a saída de suínos vivos do Município de Verê e demais municípios da Região uma vez não existir perigo de contaminação de rebanhos de suínos, conforme já ficou suficientemente comprovado pelos fatos;

2 — Sejam encaminhados aos órgãos da imprensa, em especial à TV Paranaense - CANAL 12, comunicados oficiais esclarecedores e tranquilizadores sobre o assunto "Peste Suína Africana";

3 — Sejam postas imediatamente em prática medidas de amparo à suinocultura da região tais como: preço de sustentação atualizável conforme a variação dos custos, créditos especiais e subsídio temporário para manutenção de plantel e criações até normalizar-se a comercialização;

4 — Aquisição direta da COBAL dos excedentes de suínos prontos para abate;

Por tratar-se de justas reivindicações e de medidas tranquilizadoras e de urgência, esperam pronto atendimento.

Ao ensejo apresentam a Vossa Excelência protestos de consideração e apreço.

Atenciosamente

1.º Encontro de Vereadores do Sudoeste
Coordenação

EX.º SR.

DR. LUIZ ALBERTO MARTINS DE OLIVEIRA

DD. DEPUTADO ESTADUAL

CURITIBA — PARANÁ"

Este assunto da peste suína é o assunto do momento.

Eu gostaria de definir o problema da peste suína e com uma frase: trata-se no Estado do Paraná, especialmente nas regiões do Oeste e do Sudoeste do Paraná, de um problema de calamidade pública.

Já foge às raias de um problema ou de uma crise normal, ou de uma crise transitória, para atingir essencialmente a economia daquelas duas regiões, que representam juntas, mais de 70% da produção de suínos.

É um assunto de calamidade pública, e é necessário mais do que nunca, agora e já, providências definitivas, do Governo Estadual e do Governo Federal, para a solução deste problema.

Vou ler agora, a Carta de Coronel Vivida. (Lê):

"CARTA DE CORONEL VIVIDA

Conhecendo as reais carências que afligem o homem que aqui vive e interpretando seus anseios, reivindicamos em nome do povo do Sudoeste do Paraná, junto às autoridades que compõem o Poder Executivo nos escalões: municipal, estadual e federal, no que competir a cada uma, a adoção das medidas que relacionam:

1 — AGROPECUÁRIA E MEIO AMBIENTE

1.1 — Suinocultura

1.1.1 — Liberação imediata da comercialização e transporte de suínos e suspensão das medidas restritivas, acompanhada da proibição de veiculação de notícias sensacionalistas referentes à "suposta existência da peste suína africana na região".

1.1.2 — Apoio à suinocultura através das seguintes medidas:

- a) compra imediata pela COBAL, a preço mínimo, justo e compensador, do excedente temporário de suínos;
- b) subsídio para aquisição de milho destinado à suinocultura;
- c) fiscalização de produtos veterinários e rações quanto a preço, variedade e qualidade;
- d) estudo e fixação de "preço de sustentação" atualizável e garantido pelo Governo.

1.2 — Agricultura

1.2.1 — Maior incentivo e proteção ao minifundiário através de:

a) incentivo ao cultivo de produtos de consumo interno e à agricultura não mecanizada, pela ampliação da assistência técnica aos pequenos agricultores, pondo-se-lhes à disposição maior número de técnicos agrônomos para orientação permanente e gratuita;

b) incentivo à diversificação de atividades na área rural, incluindo fruticultura, horticultura, apicultura, produção de leite, criação de aves e pequenos animais;

c) extensão dos benefícios do Proagro também aos agricultores que operam com recursos próprios;

d) empréstimo de sementes a pequenos agricultores, visando redução de custo de produção.

1.2.2 — Ação conjunta de organismos federais, estaduais e municipais, visando o combate à formiga cortadeira e realização de campanha nacional, a exemplo da realizada no combate à aftosa.

1.2.3 — Preservação do meio ambiente.

a) Dedução maior do imposto de renda e outros tributos estaduais e municipais aos que realizem reflorestamento;

b) plantio de árvores ao longo das rodovias asfaltadas;

c) criação de viveiro de árvores regionais, visando sua preservação;

d) intensificação das campanhas educativas sobre preservação dos recursos naturais;

e) reformulação na legislação vigente e fiscalização rigorosa.

sa de sua observância;

f) ampla orientação na aplicação de defensivos agrícolas e utilização do solo.

1.2.4 — Regularização fundiária.

Urgenciando na regularização fundiária, emissão e entrega dos títulos definitivos de propriedade aos seus ocupantes e usuários, mormente aos minifundiários.

2 — Educação e Cultura

2.1 — Ensino Religioso nas escolas:

2.1.1 — Instituição de remuneração para professores de ensino religioso nas escolas de 1.º e 2.º graus.

2.2 — Criação de bolsas de estudo reembolsáveis para o 2.º grau, prevendo possibilidade de gratuidade, desde que o estudante, após formado, venha a exercer a profissão no município de origem, por período igual ao de seus estudos.

2.3 — Ensino Superior

2.3.1 — Criação da Universidade do Sudoeste com possibilidade de cursos volantes que atenderiam, segundo a procura, os diferentes municípios por períodos de tempo necessários ao atendimento da demanda.

2.3.2 — Incentivo ao deslocamento para a região, de professores de nível superior, visando a possibilidade de instalação de novos cursos, conforme a demanda regional.

3 — Indústria e Comércio.

3.1 — Criação de incentivo e proteção à pequena e média empresa, mediante:

- a) redução de juros bancários;
- b) redução e/ou isenção de impostos;
- c) elaboração de projetos e planos de instalação de pequenas e médias empresas, gratuitamente;
- d) assistência gerencial gratuita à pequena e média empresa.

3.2 — Liberação aos moinhos regionais para moagem de trigo de acordo com a capacidade instalada.

3.3 — Criação e instalação de agência do Banco do Brasil em todos os municípios, como elemento de desenvolvimento rural e urbano e de fortalecimento dos municípios.

4 — Previdência Social

4.1 — Ampliação da assistência médica, odontológica e social aos segurados da previdência e ao menor carenciado em especial.

4.2 — Ampliação dos convênios entre o INAMPS e sindicatos urbanos e rurais, visando a agilização ao atendimento.

5 — Área Tributária.

5.1 — Transferência para os municípios, do imposto de transmissão de bens imóveis e móveis e direitos a eles relativos.

5.2 — Elevação do índice de participação dos municípios no ICM e tributos federais.

As medidas propostas visam principalmente:

1 — Contornar a atual situação de emergência gerada pela frustração das safras motivadas pela estiagem e pela crise da suinocultura, esta decorrente da queda da comercialização e elevação dos preços componentes da alimentação dos animais.

2 — Evitar, ou pelo menos, conter o êxodo rural causador da proliferação de favelas junto às cidades, habitadas por ex-agricultores que rapidamente vão engrossando as fileiras dos marginais e mendigos e se constituindo em grave problema social.

3 — Possibilitar melhora nas condições de vida do pequeno agricultor, estimulando-o a permanecer no meio rural e a expandir sua atividade de modo a lhe garantir um padrão de vida digna.

4 — Incrementar a produção agrícola principalmente de produtos destinados ao consumo interno.

5 — Preservar o meio ambiente e a saúde do povo.

6 — Fortalecer a pequena e média empresa e viabilizar sua expansão numérica com a conseqüente ampliação no mercado de trabalho.

7 — Oferecer condições de desenvolvimento educacional e cultural no interior, com a abertura de oportunidades aos jovens.

8 — Garantir maior autonomia e fortalecimento dos municípios, molas propulsoras que são, de progresso e de desenvolvimento.

Acentuamos finalmente, que o fortalecimento dos municípios é meta urgente a ser buscada a fim de se poder perseguir o objetivo do desenvolvimento integral do homem.

É nas pequenas comunidades que o homem tem melhores condições de realizar-se como pessoa e comunicar-se mais intimamente com seu semelhante, sendo, portanto, fundamental, dar-lhe condições de fixar-se de maneira estável onde se encontra, não o obrigando a deslocar-se para centros maiores, em busca de solução que não encontrará para seus problemas econômicos, educacionais e culturais."

Era só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência informa aos Srs. Deputados que já se encontra, neste recinto, no Salão Nobre, o Dr. Paulo Roberto Viana. O Dr. Paulo Roberto Viana é Presidente da Comissão de Financiamento à Produção, logo após se fazerem ouvir os oradores inscritos no Pequeno Expediente, poderá o Sr. Dr. Paulo Viana dirigir-se ao Plenário, dando informações que poderão interessar aos Srs. Parlamentares acerca das atividades desenvolvidas pela Comissão de Financiamento da Produção.

Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, inscrito.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A televisão vem retratando de forma enfática as constantes entrevistas do provável futuro Presidente da República, General João Batista de Figueiredo. E numa das incursões pelos vídeos, dizia ele, que a agricultura poderá limitar o problema do índice inflacionário.

Mas nos parece, Sr. Presidente, que o Estado do Paraná especificamente, é um Estado economicamente embargado, por quê?

É um Estado das calamidades públicas; é o Estado das secas; é o Estado das dificuldades econômicas; dos problemas da exportação de soja; dos problemas da suinocultura. E, por estas razões, nota-se que há um constante desânimo nos setores do equacionamento da economia paranaense.

Viajando para o interior, sobretudo nas regiões de maior produção de milho e conseqüentemente de suínos, o que se percebe é que o pequeno agricultor que faz da suinocultura uma das suas razões de se fixar no campo, por vários motivos: 1 — porque a suinocultura lhe dá uma condição de sustentação da sua economia e também do equacionamento dos seus mistérios agropecuários.

Recentemente se fez uma pesquisa, e se chegou à conclusão de que em Catanduvas, Capitão Leônidas Marques e Guaraniçu o plantel de suínos era de aproximadamente 180 mil cabeças, dando um resultado anual de 100 milhões de cruzeiros nos negócios derivados do setor.

Uma das grandes reclamações primordiais dos suinocultores e dos agricultores, por assim dizer, que produzem nesta área em grande escala o milho, é que se vende a saca de milho ao preço básico e tabelado de 108 cruzeiros por 60 quilos, como é que se pode entender que dois terços desta mesma quantia, ou seja, 40 quilos de semente devem eles pagar 420, 450 cruzeiros?

E agora, depois da seca, depois da enorme dificuldade em que mergulharam por esta intempérie imprevisível, surge agora a grande encruzilhada da peste suína africana, mais apregoada pela televisão, do que propriamente na existência, na realidade.

Não se pode entender que a televisão crie tantos obstáculos, os meios de comunicação criem tantos obstáculos fanta-

siosos ao nosso modesto entender, mesmo porque o agricultor até agora não tem nenhuma visão objetiva de qual a política a ser adotada pelo Governo: 1 — está tomando de surpresa todos os produtores, porque não sabem o que vão fazer, não sabem qual é a medicação, qual é a vacina que vão aplicar, não sabem onde encontrar esta vacina e nem porque o Governo não absorve, não compra, não adquire os suínos que estão com um plantel paralisado, baixando de 11,40 para 6, 5 e 4 cruzeiros o quilo lá na fonte de produção.

O desespero está criando sério problema para a economia do Paraná, mas sério, muito mais sério do que se pode imaginar. Desalentados, alguns estão até a vender as suas propriedades rurais, querendo se transferir para Mato Grosso, para Rondônia, para Amazônia legal, de um modo geral. É preciso que o governo tome desde já, uma posição, e assegure uma posição, uma tranquilidade para o suinocultor.

Sr. Presidente, num País onde se movimenta diariamente no "Open-Market" cerca de 75 bilhões de papéis em que bilhões de papéis, em que milhões de pessoas vivem a tirar rentabilidade desta fantástica economia, a economia do papel, a economia dos títulos de mercado, não é possível que este País, seja vítima justamente nos setores onde enriquece a Nação brasileira, nos setores de produção, e sobretudo, já se fala que a soja, o milho e o café, não poderão ser exportados, que são os grandes produtos que manipulam e que trazem divisas para o País. Não poderão ser exportados porque darão ou transmitirão a peste suína, nos setores que recebem, ou na Europa, ou nos Estados Unidos, enfim, no estrangeiro.

É preciso que o governo se conscientize que a responsabilidade é dele, porque todos são responsáveis por aquilo que cativam, ou por aquilo que absorvem, ou pela posse das coisas de forma legal ou ilegal que detenham. O governo é responsável pelo destino da Nação, pelo destino da economia do País, e só a ele se deve tributar toda a responsabilidade do setor.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência tem imensa satisfação de registrar no recinto do Plenário, a presença da Ex.^{ma} Sr.^a Sophie Wieder Kehr, Consulesa da Suíça, no Paraná. À prezada Senhora, as boas vindas dos Parlamentares desta sessão matutina, deste Plenário.

Concedo a palavra ao último orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Luiz Roberto Soares.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O ilustre Deputado Luiz Gabriel Sampaio, solicitou-me que fizesse a leitura do discurso que fez, a propósito das comemorações relativas ao Dia do Advogado, 11 de agosto; data da criação dos primeiros cursos jurídicos do País.

Trata-se de uma peça oratória intelectual, da melhor qualidade e, todavia, em razão do pouco espaço de tempo que disponho, lerei as conclusões apenas. (Lê):

"É realmente, assaz significativo, Sr. Presidente e Srs. Deputados, o transcurso, no dia de amanhã, 11 de agosto de 1978, quando o País procura reencontrar-se com as linhas arquitetônicas do desejado Estado de Direito, de mais um ano que relembra, na marcha do tempo, a data da fundação, no Brasil, dos primeiros estabelecimentos de ensino jurídico.

E efeméride, por isso mesmo, assume marcante expressão na vida intelectual, jurídica e institucional da Pátria Brasileira. Numa síntese, tantas vezes lembrada em ocasiões como esta, poderemos dizer que o extraordinário evento histórico representa uma espécie de linha divisória entre duas épocas: pois a instalação dos dois primeiros cursos para ensino da ciência do direito, nos idos de 1827, no Estado de Pernambuco e em São Paulo, como que representou a nossa emancipação cultural, logo após a independência política de 1822.

Por fim, Sr. Presidente, saliente-se que o bacharel, quer

queiram, quer não queiram os tecnocratas que abastardam infelizmente nossas instituições legais e jurídicas e amesquinham as melhores tradições jurídicas do povo brasileiro, continua inserido no desenvolvimento moral, espiritual e econômico do País, como qualquer outro profissional, como qualquer outro cientista que trabalha com afinco pela grandeza cada vez maior da Pátria, que almejamos se projete nos quadrantes da história política e juridicamente organizada. Para as salas da liberdade e da paz entre todos os homens de boa vontade e, principalmente, no seio da grande e amável família brasileira.

Congratulo-me, portanto, com os Srs. Deputados; congratulo-me com os advogados militantes no Estado do Paraná e em todos os recantos da República, unidos em sua valorosa corporação de classe, a OAB, verdadeira sentinela indormida na reconquista do Estado de Direito democrático; congratulo-me com as Faculdades de Direito existentes em nosso Estado; congratulo-me com os Magistrados, em geral, ímpolutos na prestação jurisdicional, a tempo e no momento adequado, em favor dos que têm sede e necessidade de Justiça, para o deslinde dos conflitos de interesses; congratulo-me com os Professores, desde os mais modestos mestres-escolas que labutam heroicamente pelo interior e fora na causa sagrada da educação da juventude, até aos mais graduados na escala universitária e que são os arautos da formação jurídica em nossas Faculdades de Direito; congratulo-me com os membros do Ministério Público, essa admirável magistratura promotiva que tem por missão relevante assegurar a plena realização dos valores fundamentais da comunidade, como autêntico órgão institucional do Estado, em função do interesse público e para resguardo da lei e da ordem — todos irmanados nos ideais de respeito e dignificação da pessoa humana, todos exultantes pelo alto significado da criação, há mais de 150 anos, dos Cursos Jurídicos de Olinda e São Paulo.

É o registro que peço seja feito nos Anais desta Casa, para a veneração das gerações jurídicas de ontem, testemunho emocional das de hoje e esperança nas do futuro, na dimensão gloriosa da civilização brasileira.

Assina, Deputado Luiz Gabriel Sampaio."

Era só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de resolução de autoria do Sr. Deputado Ivo Thomazoni, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 181/77, que cria no Município de São Pedro do Ivaí, o Distrito Administrativo de Mariza, com sede na localidade do mesmo nome e divisas que especifica. — **Aprovado.**

Redação Final do Projeto de Lei n.º 181/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica criado no Município de São Pedro do Ivaí o Distrito Administrativo de Mariza, com sede na localidade do mesmo nome e com as seguintes divisas:

— Com o Município de Itambé: iniciando na foz do Ribeirão Mariza; Ribeirão Mariza acima até a direção da nascente do córrego Alexandre, córrego este, afluente do Ribeirão Keller.

— Com o Município de Bom Sucesso: do Ribeirão Mariza

na direção da nascente do córrego Alexandre por uma linha reta e seca em direção à foz do córrego Baiacu no Ribeirão Barbaceana, até alcançar o córrego Mirafior.

— Com o município de São Pedro do Ivaí — Distrito de São Pedro do Ivaí: córrego Mirafior abaixo, até sua foz no Córrego Mavacaí, Córrego Mavacaí abaixo até sua foz no Córrego Tucambira; Córrego Tucambira abaixo até sua foz no Ribeirão Axel; Ribeirão Axel até encontrar a ponte situada nos fundos do lote de terras 366-A (Estrada Principal - MR n.º) A-005; deste ponto pela referida estrada OA-005 em direção à cidade de São Pedro do Ivaí, até encontrar o cruzamento com o Ribeirão São Carlos; de onde segue abaixo pelo Ribeirão São Carlos pela sua margem direita até encontrar a sua foz no Rio Ivaí.

— Com o Município de Fênix — da foz do Ribeirão São Carlos, seguindo pelo Rio Ivaí até a foz do Ribeirão Mariza, ponto de partida.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 8 de agosto de 1978.

(aa) Augusto Carneiro — Presidente

Werner Wanderer — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 28/78, Mensagem n.º 14/78, que altera disposições da Lei n.º 6.364, de 29/12/72, pertinente ao Imposto sobre Operações relativas à circulação de mercadorias - ICM. — **Aprovado.**

Redação Final do Projeto de Lei n.º 28/78

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — O parágrafo único do artigo 9.º da Lei n.º 6.364, de 29 de dezembro de 1972, passa a vigor como § 1.º, ficando acrescido ao referido artigo 9.º o seguinte parágrafo:

“§ 2.º — Para a apuração dos índices a que se refere o parágrafo anterior, os contribuintes do ICM, inscritos no Cadastro de Contribuintes do Estado, deverão apresentar informação em formulário cujo modelo será estabelecido pela Secretaria das Finanças”.

Art. 2.º — Fica acrescido ao artigo 13 da Lei n.º 6.364, de 29 de dezembro de 1972, mais um inciso com a seguinte redação:

“X — A pessoa natural ou jurídica de direito privado, nas circunstâncias previstas nos artigos 132 e 133 do Córrego Tributacional”.

Art. 3.º — O § 2.º do artigo 22 da Lei n.º 6.364, de 29 de dezembro de 1972, com a redação dada pelo artigo 3.º da Lei n.º 6.757, de 22 de dezembro de 1975, passa a ter a seguinte redação:

“§ 2.º — Constitui termo inicial para aplicação dos coeficientes de correção monetária:

1 — o mês seguinte ao que tenha expirado o prazo de pagamento do ICM (art. 19), ressalvado o disposto no item seguinte;

2 — o mês seguinte ao em que recair o nonagésimo dia contado da data da expiração do prazo de pagamento, tratando-se de imposto a recolher declarado em Guia de Informação e Apuração do ICM.”

“Parágrafo único — Fica acrescentado ao artigo 22 da Lei n.º 6.364, de 29 de dezembro de 1972, alterado pela Lei n.º 6.757, de 22 de dezembro de 1975, o seguinte parágrafo:

§ 3.º — Quando, no caso do item 1 do parágrafo anterior, não for possível identificar o mês em que tenha expirado o prazo de pagamento do ICM (art. 19), adotar-se-ão, para a correção monetária, os coeficientes relativos ao trimestre civil seguinte ao do período apurado.”

Art. 4.º — O item 3 do § 2.º, do artigo 23, da Lei n.º 6.364, de 29 de dezembro de 1972, passa a vigor com a seguinte redação:

“3 — A partir do mês seguinte ao em que recair o nonagésimo dia contado da data da expiração do prazo de pagamento, tratando-se de imposto a recolher, declarado em Guia de Informação e Apuração do ICM.”

Art. 5.º — Fica acrescentado ao parágrafo único do artigo 47 da Lei n.º 6.364, de 29 de dezembro de 1972, o seguinte item:

“6 — em Declaração fisco-contábil, cujo formulário será estabelecido em Instrução da Secretaria das Finanças, que o contribuinte fica obrigado a preencher e entregar à repartição do seu domicílio tributário”.

Art. 6.º — A letra “d” do item 4 e o item 15 do parágrafo único do artigo 56, da Lei n.º 6.364/72, passam a vigor, respectivamente, com a seguinte redação:

“d — O valor do crédito tributário relativo ao ICM, quando devido, demonstrado em relação a cada mês ou período considerado.”

“15 — As mercadorias apreendidas ficam sob a custódia oficial do chefe da repartição fazendária por onde se iniciar o respectivo processo e poderão ser por este liberadas mediante a satisfação, pelo sujeito passivo, das exigências determinantes da apreensão ou se não atendidas, após a identificação exata do infrator, da infração e das quantidades, espécies e valores das mencionadas mercadorias.”

Parágrafo único — Ficam revogados o § 5.º, do artigo 27 e os itens 12, 13 e 16, do parágrafo único do artigo 56, da Lei n.º 6.364, de 29 de dezembro de 1972.

Art. 7.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 8.º — Ficam revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 8 de agosto de 1978.

(aa) Augusto Carneiro — Presidente

Werner Wanderer — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 32/78, que autoriza o Poder Executivo denominar “Albino Feijó Sanches”, a unidade escolar recém construída no Parque das Indústrias da cidade de Londrina. — **Aprovado.**

Redação Final do Projeto de Lei n.º 32/78

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a denominar “Albino Feijó Sanches”, a unidade escolar recém construída no Parque das Indústrias, na cidade de Londrina.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 8 de agosto de 1978.

(aa) Augusto Carneiro — Presidente

Werner Wanderer — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 45/78, que declara de utilidade pública o “Seminário Menor São Vicente de Paulo”, com sede e foro na cidade de Araucária. — **Aprovado.**

Redação Final do Projeto de Lei n.º 45/78

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica declarado de utilidade pública o “Seminário Menor São Vicente de Paulo”, com sede e foro na cidade de Araucária.”

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 8 de agosto de 1978.

(aa) Augusto Carneiro — Presidente

Werner Wanderer — Relator

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Sobre a mesa, requeri-

mento de autoria do Sr. Deputado Muggiati Filho, constante do expediente, solicitando sejam incluídos na Ordem do Dia, os vetos governamentais constantes das Proposições n.ºs 134/78, 144/78 e 132/78.

O SR. MUGGIATI FILHO (*Pela ordem*). — Sr. Presidente, apenas para indicar à Casa que o requerimento assenta no Art. 108, do Regimento Interno: "Não se tratando de proposição que implique em abertura de créditos ou em despesas para o erário, poderá a mesma, a requerimento de qualquer Deputado e por aprovação da Assembléia, ser incluída desde logo na Ordem do Dia, s/observância das formalidades previstas nos artigos anteriores".

Como se trata de três vetos, cujo prazo para apreciação está decorrendo e, portanto, por si mesma representa matéria urgente, e tendo em vista que a reunião da Comissão de Constituição e Justiça, realizada ontem, convocada, por sua vez, sem o interstício necessário para que este Deputado pudesse relatar a matéria, cujo relatório se encontrava pronto mas, em seu escritório de sua residência, sem tempo para demandar em busca dos mesmos, ficou esta matéria sem ser incluída na sessão de ontem, da C.C.J.

É fácil se verificar que a Comissão de Constituição e Justiça dificilmente voltará a se reunir nos próximos 15 dias. E, por outro lado, também é fácil de se compreender que os vetos, desde que tenham condições de serem apreciados pelo Plenário, nada mais têm a ser examinado pela Comissão de Constituição e Justiça.

E esses que aí se encontram estão em condições de vir a plenário, porque dentro do prazo constitucional para serem apreciados.

Portanto, antes que se tornem peremptas as proposições, com graves responsabilidades para este Deputado, requer-se a V. Ex.ª que, em se tratando de proposição que é o veto, que não representa nenhuma das proibições do Art. 108, embora possa se referir a projetos que aumentem, ou diminuam a despesa até, do Erário, é que encaminhamos o requerimento agora justificado oralmente. Assim como o próprio requerimento poderia ser feito oralmente, de acordo com o Art. 134, § 2.º, do Regimento Interno.

Era o que tínhamos a acrescentar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (*Ivo Thomazoni*). — A Presidência, tanto quanto V. Ex.ª Deputado Muggiati Filho, entende válida a preocupação de V. Ex.ª.

Todavia, entende que, constitucionalmente, o prazo de apreciação de matérias indicadas no requerimento passarão a contar a 1.º do corrente mês, portanto, com largo espaço de tempo para que os Srs. Deputados interessados possam, como pretendam, analisar a matéria.

Todavia, não vê objeções em receber o requerimento de V. Ex.ª, solicitando da Ordem do Dia, a inclusão dos mesmos nas próximas sessões da próxima semana.

O SR. MUGGIATI FILHO — Se V. Ex.ª permite, e a observação de V. Ex.ª é de toda oportuna e pode, ao invés de ser colocada diretamente na Ordem do Dia, poderia figurar na Pauta, por três sessões, dando oportunidade para que todos os interessados examinassem a matéria.

O SR. PRESIDENTE (*Ivo Thomazoni*). — A Presidência encaminha o requerimento ao Departamento Legislativo, solicitando que se inclua na pauta das próximas três sessões.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Alberto de Oliveira, constante do expediente, solicitando a inclusão na Ordem do Dia, da próxima sessão, dos Projetos de Lei n.ºs 120 e 121/78, oriundos de Mensagem Governamental n.º 74 e 75.

Numa busca rápida que a Presidência solicitou, a informação do Departamento Legislativo, Divisão das Comissões, informa de que ambos, os projetos de lei, encontram-se ainda na

Divisão das Comissões.

Todavia a Presidência considera pertinente o requerimento e determina ao Departamento Legislativo informe oficialmente a posição. E sabendo-se que as matérias já se encontram com regime de urgência aprovado.

E estando em regime de urgência, que se cumpram dispositivos regimentais para a competente inclusão na Ordem do Dia.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente de sessão anterior, solicitando regime de urgência, para o Projeto de Lei n.º 81/78. — Aprovado.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES (*Pela ordem*). — Sr. Presidente, requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (*Ivo Thomazoni*). — Será procedida a verificação.

Os Srs. Deputados que aprovam o requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, queiram levantar-se. — (*Pausa*).

Os Srs. Deputados que rejeitam, queiram levantar-se. — (*Pausa*).

7 Srs. Deputados aprovam; nenhum rejeita.

Não há "quorum" para deliberação e nem para prosseguimento da sessão.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para terça-feira, dia 15, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

EM VOTAÇÃO — 2.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 105/75, 31/78, 36/78, 42/78, 48/78, 49/78 e 63/78.

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 35/78.

Convido os Srs. Deputados para que, no Salão Nobre, recepcionem o Doutor Paulo Viana, Presidente da Comissão de Financiamento da Produção.

Levanta-se a sessão.

DECRETO LEGISLATIVO Nº 405/78

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

prover, ACÁCIO TAQUES DE ARAÚJO, matrícula n.º 054, ocupante do cargo de nível PL "30", da Série de Classes de Advogado, do Grupo Ocupacional de Direito, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, nos termos do Art. 1.º da Resolução n.º 129/78, de 08 de junho de 1978, no cargo de Consultor Legislativo, da parte permanente do Quadro de Pessoal do Poder Legislativo.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 09 de agosto de 1978.

(aa) IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1.º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 406/78

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

prover, ALELI DOS SANTOS, matrícula n.º 474, ocupante do cargo de nível PL "23", da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, nos termos do Art. 2.º da Resolução n.º 129/78, de 08 de junho de 1978, no cargo de Secretário de Comissão, da parte permanente do Quadro de Pessoal do Poder Legislativo.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 09 de agosto de 1978.

(aa) IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1.º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2.º Secretário